

O que é afastamento do trabalho?

Quando conceitos parecem óbvios, muitas vezes criamos concepções baseadas no senso comum, e não no que a lei realmente garante.

É o caso do [afastamento](#) do trabalho. Qual é a definição? Como realmente funciona? O que significa para o trabalhador? E para o empregador?

A legislação prevê três situações para a ausência legal do colaborador: licença médica, licença maternidade e aposentadoria por invalidez. Cada uma tem particularidades que aqui serão explicadas.

Continue lendo o artigo para acabar com estas dúvidas.

Por doenças

A partir do comprovante via atestado médico, o funcionário é garantido com afastamento do trabalho de forma remunerada por até 15 dias.

Caso o estado de saúde do colaborador não melhore e ele ultrapasse o período estipulado, ele terá que passar pela perícia da Previdência Social para confirmar a incapacidade laboral.

Só tem direito ao afastamento do trabalho remunerado quem tiver contribuído por ao menos um ano com o INSS. A regra diz sobre problemas de saúde. Ao se tratar de acidentes de trabalho, não há período mínimo.

Por acidentes de trabalho

Nesse caso, o empregador deve preencher o documento de Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) para que o colaborador tenha o benefício, assim como a garantia de um ano de estabilidade após retornar da recuperação.

A empresa é obrigada a informar à Previdência Social em até 24 horas. Caso não o faça, será multada.

Por invalidez

Quando o colaborador é afastado devido à aposentadoria por invalidez, o contrato é suspenso e o INSS será o responsável pelo pagamento do salário a partir dali.

O colaborador afastado do trabalho deve passar pela perícia médica do INSS a cada dois anos. Caso seja atestado que ele está curado e tem condições de voltar à ativa, pode voltar a trabalhar.

Caso contrário, o empregador é isento de pagar a rescisão do contrato.

Por licença maternidade

Grávidas têm o direito de 120 dias de licença a partir do momento em que o médico julgar necessário, comprovando com atestado.

Já a licença paternidade é garantida pela Constituição com apenas cinco dias úteis de afastamento do trabalho após o nascimento do bebê. Esta é uma luta ainda recente, porém urgente para a pauta de paternidade responsável.

Os direitos do MEI

Todas as informações expostas até então se referem aos trabalhadores CLT. Entretanto, os MEI também têm direitos garantidos.

Estes trabalhadores pertencem à categoria de Contribuinte Individual do INSS. A forma de pagamento dos benefícios se dá por meio de guia DAS-MEI, gerada no próprio Portal do Empreendedor

Neste caso, o valor total a ser pago incluirá a alíquota de 5% sobre o salário mínimo vigente, que será destinado ao INSS, e os demais valores serão destinados ao Estado e ao município.

Texto: [Manoela Caldas](#).

Gostou de entender melhor sobre afastamento do trabalho? Curta a página da [Conexa Saúde no Facebook](#) para sempre ficar por dentro dos conteúdos!